

Relatório de Atividades *2014*



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Relatório de Atividades 2014

PRODUZIDO POR

Instituto de Avaliação Educativa
Travessa Terras de Sant'Ana, 15
1250-269 Lisboa

Versões eletrónicas de relatórios e planos de atividades estão disponíveis em:

<http://iave.pt/np4/documentos/>

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	4
PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DO IAVE	6
MISSÃO E ATRIBUIÇÕES	6
ORGANOGRAMA	7
PARTE II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA	8
PROVAS FINAIS DE CICLO E EXAMES FINAIS NACIONAIS	8
PROVAS ADAPTADAS.....	9
BOLSA DE PROFESSORES CLASSIFICADORES	9
TESTES INTERMÉDIOS (TI)	11
<i>KEY FOR SCHOOLS</i>	12
PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS E CAPACIDADES (PACC)	13
ESTUDOS INTERNACIONAIS	14
PILOTO PISA 2015	15
PILOTO TIMSS 2015	16
PILOTO TIMSS ADVANCED 2015	16
OUTRAS ATIVIDADES	17
CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, COLÓQUIOS E OUTROS PROJETOS	17
RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	20
RECURSOS HUMANOS	20
RECURSOS FINANCEIROS	22
ANEXOS	23

APRESENTAÇÃO

O ano de 2014 marca, em pleno, o início da atividade do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., adiante designado por IAVE, criado pelo Decreto-Lei n.º 102/2013, de 25 de julho, com a entrada em funções do seu Conselho Diretivo. A extinção do Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE), enquanto serviço central do Ministério da Educação e Ciência (MEC), estava prevista desde a aprovação da respetiva Lei Orgânica, em 2012, sendo igualmente uma medida integrada nas Grandes Opções do Plano para 2014. Ainda em 2013, foram constituídos o Conselho Geral e o Conselho Científico do IAVE, órgão que sucede ao Conselho Consultivo do GAVE e ao qual é atribuído um maior nível de responsabilidade e intervenção no novo Instituto.

O estatuto de instituto público e a assunção de novas áreas de atividade vieram colocar desafios acrescidos ao nível da organização e gestão, já que a estrutura e a dimensão organizacionais herdadas do GAVE mantiveram-se, em 2014, praticamente inalteradas, também por força de um atraso no processo de aprovação dos estatutos do IAVE. Esta situação gerou fortes constrangimentos num cenário de aumento das atribuições, com a reintegração dos estudos internacionais de avaliação externa de alunos e a intervenção em áreas de atividade como a elaboração de provas de certificação de conhecimentos e capacidades específicas para outros fins e outros graus de ensino. Também a necessidade de gerar receitas próprias, quer por exigência estatutária, quer para fazer face às contingências impostas pelo ambiente macroeconómico e orçamental, veio trazer complexidade acrescida nas opções gestionárias que marcam o início da atividade deste novo instituto.

Em resultado do desenvolvimento da atividade prosseguida pelo GAVE e em linha com esta, designadamente em matéria de avaliação externa dos alunos, foi dada continuidade às ações que visam a promoção da qualidade técnica das provas produzidas e da preservação da sua validade bem como às ações de divulgação de informação técnica às escolas, com a produção de relatórios estatísticos por item.

O ano de 2014 foi igualmente marcado pela reintegração dos Estudos Internacionais no serviço da administração pública votado à avaliação externa dos alunos, tendo sido dado seguimento às atividades desenvolvidas no ProjAvi. Foram conduzidos os testes piloto do PISA 2015 e do TIMSS 2015 e TIMSS Advanced 2015, tendo sido tomada a resolução de Portugal participar igualmente no ePIRLS em 2016. A coordenação direta desta área foi assumida por um elemento do Conselho Diretivo, já que a estrutura organizacional não permitia outra solução, o que dá bem conta da desadequação dos recursos face às novas atribuições do IAVE.

O ano de 2014 foi ainda marcado pela aplicação do teste *Key for Schools*, um teste diagnóstico de inglês obrigatório para todos os alunos a frequentar o 9.º ano de escolaridade, o que constitui um passo decisivo na valorização dos conhecimentos e capacidades dos alunos nesta língua estrangeira. O facto de o teste escolhido ser desenvolvido pela *Cambridge English Language Assessment* permitiu a disponibilização de um certificado internacionalmente reconhecido a um custo reduzido aos alunos e famílias interessados e de forma gratuita aos alunos abrangidos pela ação social escolar integrados no escalão A ou com uma redução de 50% aos alunos integrados no escalão B. A concretização deste projeto só foi possível com o apoio de um conjunto de empresas que assumiram o risco financeiro desta iniciativa.

Por último, refira-se a aplicação da componente comum da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades, medida também prevista nas Grandes Opções do Plano para 2014 enquanto instrumento de regulação do acesso ao exercício de funções docentes e de valorização da carreira docente e da escola pública.

A título de nota de agradecimento, a todos os que, como o seu empenho e dedicação profissional, tornaram possível a concretização das atividades que em sede deste relatório apresentamos e que diariamente ajudam a construir e consolidar as práticas de trabalho que permitem, com qualidade, a concretização dos objetivos a que nos propomos alcançar, o nosso agradecimento.

Aos diretores dos estabelecimentos de ensino, prestamos o nosso reconhecimento pela forma como, numa base de trabalho colaborativo, disponibilizam e mobilizam os seus recursos para que a missão do IAVE passe do papel ao ato.

Aos professores que, de diversas formas e assumindo diferentes papéis, se associam aos nossos projetos. Acima de tudo, pela exigência que conferem à atividade do IAVE e como nela participam de forma ativa e militante para que a avaliação se constitua, de facto, um instrumento em prole de uma efetiva melhoria da aprendizagem dos alunos.

Aos trabalhadores e colaboradores, por estarem presentes e disponíveis para, no dia a dia, com os seus valores e trabalho, participarem na construção dos alicerces desta nova casa.

Muito obrigado.

O Conselho Diretivo do IAVE

Maio de 2015

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DO IAVE

Missão e Atribuições

O Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE) é um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado e dotado de autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira e detém património próprio.

A sua missão, definida legalmente no diploma que o criou – Decreto-Lei n.º 102/2013, de 25 de julho – consiste em:

- Planear, conceber e validar os instrumentos de avaliação externa de conhecimentos e capacidades dos alunos dos ensinos básico e secundário;
- Tratar e divulgar a informação relevante para a tomada de decisões que concorram para incrementar a qualidade, eficácia e eficiência do sistema educativo nacional e assegurar a coordenação da participação nacional em estudos internacionais de avaliação externa de alunos;
- Elaborar provas de certificação de conhecimentos e capacidades específicas para outros fins e outros graus de ensino, quando solicitado.

De acordo com o referido decreto-lei, as suas atribuições são as seguintes:

- Planear, conceber e validar os instrumentos de avaliação externa dos alunos, definindo os respetivos critérios de classificação;
- Conceber e validar os instrumentos de avaliação externa para fins de certificação profissional de docentes dos ensinos básico e secundário;
- Conceber e validar instrumentos de avaliação para comprovação de conhecimentos e capacidades específicos;
- Acompanhar o processo de aplicação e de classificação dos instrumentos de avaliação externa, em articulação com os demais serviços e organismos do Ministério da Educação e Ciência (MEC);
- Emitir informações de natureza pedagógica no âmbito das suas atribuições, previamente concertadas com a Direção-Geral da Educação, quando necessário, para os estabelecimentos de ensino básico e secundário;
- Analisar e proceder ao tratamento dos resultados dos instrumentos de avaliação externa dos alunos disponibilizados pelos serviços competentes do MEC;
- Constituir e gerir a bolsa de professores classificadores de provas de avaliação externa de alunos, sem prejuízo de atribuições conferidas a outros serviços do MEC;

- Conceber e organizar programas de formação de professores classificadores no domínio específico da avaliação externa;
- Promover e difundir práticas inovadoras no domínio da avaliação e no domínio da recolha, tratamento e divulgação de resultados, atendendo aos estudos nacionais e internacionais dedicados aos temas de avaliação educativa;
- Realizar, no âmbito da respetiva área de atuação, estudos e elaborar pareceres a solicitação dos serviços e organismos do MEC;
- Promover a cooperação institucional com os serviços e organismos do MEC e entidades nacionais e internacionais cuja atividade se relacione com o ensino e com a formação profissional de docentes;
- Desenvolver atividades de cooperação nacional e internacional que visem o desenvolvimento científico e técnico no âmbito das suas atribuições;
- Coordenar a participação nacional em estudos e projetos internacionais de avaliação externa de alunos, em articulação com os demais serviços competentes do MEC;
- Prestar serviços na área da avaliação educativa de acordo com condições a estabelecer por via contratual.

Organograma

O funcionamento do IAVE assenta num modelo de estrutura hierarquizada, cujo organograma se apresenta na figura 1 e decorre do estabelecido na Lei Orgânica do IAVE.

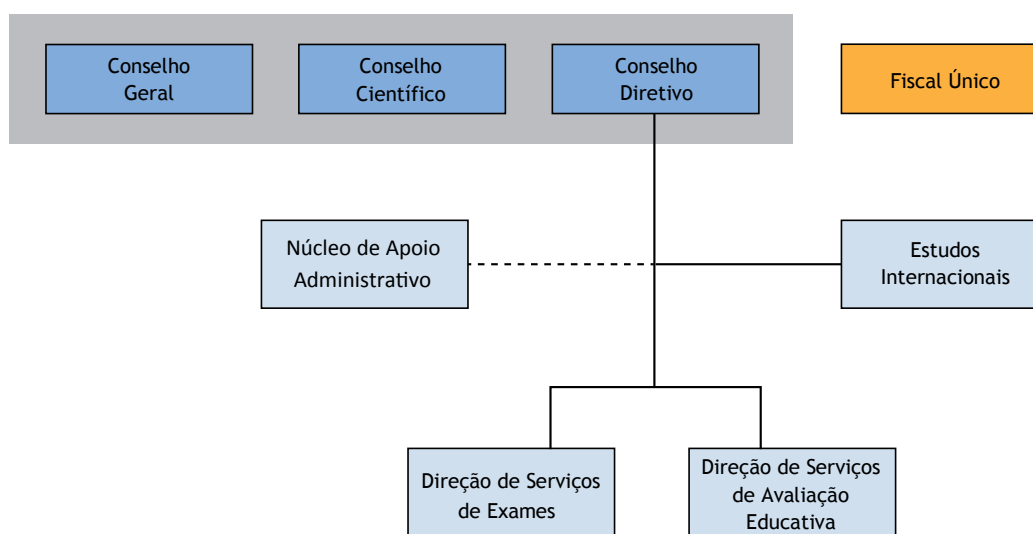


Figura 1 – Organograma do IAVE.

PARTE II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Instrumentos de Avaliação Externa

PROVAS FINAIS DE CICLO E EXAMES FINAIS NACIONAIS

A conceção, elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação externa e a análise dos respetivos resultados constituem áreas centrais na atividade do Instituto.

Em 2014, foram produzidas as provas finais de ciclo do ensino básico e os exames finais nacionais do ensino secundário, bem como a informação-prova e os critérios de classificação para cada uma das disciplinas sujeitas a avaliação sumativa externa: 10 códigos correspondentes às provas finais de ciclo do ensino básico e 23 códigos relativos às disciplinas sujeitas a exame final nacional do ensino secundário. A lista completa de provas pode ser consultada no **Anexo 1**.

Em 2014, o processo de elaboração de provas obedeceu às regras de controlo de qualidade técnica e científica em vigor no IAVE. Assim, foi verificado o grau de ajustamento das provas à matriz curricular das disciplinas, bem como a observância dos diversos procedimentos de validação a que as mesmas estão sujeitas, designadamente em sede de consultoria e de auditoria de avaliação.

As provas produzidas foram, ainda, objeto de parecer por parte do Conselho Científico, de acordo com a legislação em vigor, sempre que as associações e sociedades representantes se disponibilizaram para emitir parecer. No processo de elaboração das provas, as equipas disciplinares, em cumprimento de normas internas, tiveram em linha de conta os resultados dos itens das provas produzidas em anos anteriores, de forma a garantir a manutenção de um grau de dificuldade semelhante. Tratando-se de provas públicas, este procedimento, na impossibilidade da opção por outros como a pré-testagem ou a calibragem dos itens, tem permitido, nos últimos anos, preservar a validade das provas, a que corresponde uma estabilidade de resultados, como reiteradamente expresso nos relatórios nacionais, facto que resulta de persistente ausência de sinais de melhoria no desempenho dos alunos.

Em 2014, tal como nos anos anteriores, foi divulgada exclusivamente para cada escola, informação georeferenciada¹ por escola e por item, apresentando-se um conjunto alargado de indicadores, que permitem análises a diversos níveis².

Refira-se, ainda, a disponibilização à comunidade educativa de dois documentos técnicos: “Instrumentos de Avaliação Externa - Tipologia de Itens”, revisto e atualizado em dezembro de 2014, relativo ao processo de construção e de classificação de itens; “Lista de Verificação Final”, documento de apoio à elaboração de provas de equivalência à frequência e dos respetivos critérios de classificação, em resposta a uma solicitação do Júri Nacional de Exames, tendo em vista a melhoria do trabalho das escolas neste domínio.

PROVAS ADAPTADAS

O IAVE é também responsável pela produção de provas adaptadas para alunos com deficiência visual ou deficiência motora. Para a deficiência visual foram disponibilizadas provas com Entrelinha 1,5; Entrelinha 1,5 sem figuras; Entrelinha 1,5 sem figuras com texto alinhado à esquerda, provas em *Braille* e em DAISY (*Digital Accessible Information System*).

Em 2014, as provas de Geografia A, História A, História B e História da Cultura e das Artes apresentaram o código ColorADD, já que utilizavam cor que era determinante para a leitura do enunciado e para a produção da resposta, possibilitando que estas provas pudessem ser realizadas indistintamente por alunos normovisuais e por alunos daltónicos.

BOLSA DE PROFESSORES CLASSIFICADORES

Em 2014, foi dada continuidade ao projeto “Bolsa de Professores Classificadores dos Exames Nacionais do Ensino Secundário” (BPC). Este projeto foi iniciado ao abrigo do despacho n.º 18060/2010, de 3 de dezembro, que previu o alargamento do programa de formação dos supervisores ministrado pelo GAVE aos classificadores de provas de exame e regulou o processo de recrutamento dos professores classificadores.

¹ A informação dos resultados foi divulgada por NUTS III, NUTS II e a nível nacional.

² Os indicadores estatísticos disponibilizados às escolas foram: média da classificação; percentagem de respostas com pontuação máxima; percentagem de respostas com pontuação nula; percentagem de classificação média em relação à cotação.

O programa de formação de professores classificadores tem vindo a proporcionar aos docentes o aprofundamento dos conhecimentos e das competências profissionais no domínio da avaliação das aprendizagens, em geral, e da classificação de provas de avaliação externa, em particular. Estes domínios são identificados por muitos docentes como áreas que carecem de desenvolvimento no âmbito do seu desempenho profissional, uma vez que, na maior parte dos casos, são abordados na formação inicial e na formação contínua de professores de forma pouco aprofundada.

A BPC é condição para se atingirem os níveis de consistência interna pretendidos no processo de classificação e para a prestação de um serviço público de elevada qualidade técnica.

Em 2013/2014, realizou-se o 2.º ano de formação, destinado aos professores classificadores que iniciaram a formação em 2012/2013 e deu-se início a um novo ciclo, para reforço do número de professores classificadores necessários em algumas disciplinas. Esta formação integrou 42 turmas, abrangendo mais 650 novos docentes.

Quadro 1 – Formação de novos docentes para a BPC – ano 2013/2014

Disciplinas	N.º de turmas	Docentes convocados	Docentes presentes	Docentes certificados
Alemão / Inglês	1	23	16	16
Biologia e Geologia	3	67	59	58
Desenho	1	21	9	9
Economia A	1	18	12	11
Espanhol	2	27	20	20
Filosofia	3	64	43	40
Física e Química A	6	127	110	107
Geografia A	2	43	38	36
Geometria Descritiva A	1	14	9	9
História e Cultura das Artes	1	17	8	8
História A e B	4	86	68	66
Matemática A e B/MACS	5	100	79	75
Português / PLNM / Literatura Portuguesa	12	209	203	170
TOTAL	42	816	674	625

Os resultados qualitativos obtidos pelos docentes convocados para formação no decurso do ano letivo de 2013/2014 constam do Quadro 2.

Quadro 2 – Resultados qualitativos da formação de docentes da BPC – ano 2013/2014

Resultados	N.º de docentes	%
Excelente	414	64,4
Muito Bom	181	28,1
Bom	29	4,5
Regular	1	0,2
Insuficiente	18	2,8
TOTAL	643	100,0

TESTES INTERMÉDIOS (TI)

O Projeto Testes Intermédios (TI) foi iniciado pelo GAVE no ano letivo 2005/2006 e teve como finalidades, por um lado a familiarização de todos os intervenientes com os instrumentos de avaliação sumativa externa e, por outro lado, permitir aos alunos a consciencialização da progressão da sua aprendizagem e aos professores a regulação das suas práticas por referência a padrões de desempenho de âmbito nacional.

A aplicação dos TI no 2.º ano de escolaridade do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) teve início em 2010-2011 e tem como finalidade o diagnóstico precoce das dificuldades dos alunos e uma intervenção pedagógica e didática atempada e eficaz.

A lista de disciplinas e número de escolas que realizaram cada um dos TI no ano letivo de 2013/2014 pode ser consultada no Anexo 2.

Em 2014, foi produzido um relatório sobre a realização dos TI do 2.º ano do 1.º CEB. O relatório apresenta e analisa os resultados dos testes de Português e de Matemática, em 2014, e ao longo dos quatros anos de aplicação, permitindo tirar conclusões sobre a evolução dos desempenhos dos alunos do 2.º ano do 1.º CEB nestas disciplinas (<http://iave.pt/np4/103.html#1>).

Para os alunos com deficiência visual, no caso dos testes do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, foram disponibilizados às escolas, além dos enunciados originais, um ficheiro em formato PDF, com uma formatação que permite a utilização em suporte digital, possibilitando aos alunos escolher a ampliação que melhor se adapta às suas necessidades específicas de visão.

KEY FOR SCHOOLS

O *Key for Schools* PORTUGAL foi um projeto que se inseriu no âmbito das medidas de valorização dos conhecimentos e capacidades dos alunos no domínio de uma língua estrangeira, neste caso o Inglês, e que foi desenvolvido com base no Despacho n.º 11838-A/2013, de 10 de setembro.

Visou-se, numa primeira fase, a aplicação de um teste de língua inglesa concebido pelo *Cambridge English Language Assessment*, entidade da Universidade de Cambridge, obrigatório para todos os alunos do 9.º ano do sistema educativo português e facultativo para os demais alunos com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, com a possibilidade de obtenção, facultativa, de certificação linguística de acordo com Quadro Europeu Comum de Referência. O Quadro 3 apresenta a distribuição dos alunos que realizaram o *Key for Schools*.

Quadro 3 – Alunos que realizaram o *Key for Schools*

Alunos que realizaram o <i>Key for Schools</i>	106 705
Alunos do 9.º ano de escolaridade	98 450
Alunos de outros anos de escolaridade	8 255
Alunos que se inscreveram para a obtenção do certificado	27 355

O teste aplicado avaliou os domínios da leitura, da escrita, da compreensão e da produção oral, tendo sido realizadas 3 954 sessões de avaliação da produção oral (*Speaking*) e classificados 1 451 673 itens.

O processo de classificação do *Key for Schools* foi assegurado por docentes de inglês que se voluntariaram para exercer as funções de *General Markers* e de *Writing and Speaking Examiners* (cerca de 900 docentes). Para o exercício destas funções, os *Examiners* frequentaram ações de formação ministradas por 52 *Team Leaders*, professores convidados e formados pelo IAVE para acompanhar e supervisionar o processo de classificação (ver Quadro 4).

Quadro 4 – Número de ações de formação

Sessões de formação de <i>Team Leaders</i>	3
Sessões de formação de <i>Examiners</i>	61
Seminários realizados	29

A concretização desta iniciativa só foi possível através da parceria estabelecida com um conjunto de empresas mecenas do projeto.

PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS E CAPACIDADES (PACC)

A Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC), instituída pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de janeiro, visa, de acordo com a última redação conferida pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2013, de 23 de outubro, verificar o domínio de conhecimentos e capacidades fundamentais para o exercício da função docente dos candidatos ao concurso de recrutamento que ainda não estão integrados na carreira.

No ano escolar de 2013/2014, de acordo com o determinado no n.º 1 do Despacho n.º 9316-A/2014, de 17 de julho, apenas foi aplicada a componente comum, nos termos previstos no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de janeiro, na sua redação atual.

As provas foram elaboradas tendo em conta os procedimentos de validação interna referidos anteriormente.

Devido às perturbações verificadas no dia de realização da prova fixada pelo Despacho n.º 14293-A/2013, de 5 de novembro, 18 de dezembro de 2013, o Governo, através do Despacho n.º 9316-A/2014, possibilitou aos candidatos que “comprovadamente por motivos alheios à sua vontade” não realizaram a prova naquela data, a pudessem realizar a 22 de julho. Assim, excecionalmente, realizou-se uma segunda edição da prova no ano escolar de 2013/2014.

No total das duas aplicações, 13 551 candidatos procederam à sua inscrição para a realização da prova. Na primeira aplicação foram realizadas 7699 provas válidas e na segunda 2521 provas, tendo-se realizado provas em todos os distritos do território continental, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira e em 6 localidades no estrangeiro: Díli, Luanda, Joanesburgo, Macau, Maputo e São Tomé. No total estiveram envolvidos 118 estabelecimentos de ensino no dia 18 de dezembro de 2013 e 88 no dia 22 de julho de 2014 (ver Quadro 5).

Conforme definido legalmente, a prova é classificada na escala de 0 a 100 pontos, considerando-se *Aprovado* o candidato que obtenha uma classificação igual ou superior a 50 por cento da cotação total. Os resultados obtidos revelaram que foram aprovados 85,6% dos candidatos que realizaram a prova e que a média das classificações foi de 63,3 pontos, sendo o desvio padrão 16,97. A mediana da distribuição dos resultados é de 68,3 pontos, o que significa que metade dos candidatos registou uma classificação superior a este valor.

Quadro 5 – Número de candidatos à realização da PACC 2013/2014 – Componente Comum

N.º de inscritos	13 551
N.º de candidatos com provas classificadas	10 220
N.º de candidatos aprovados	8 747

Em dezembro de 2014 realizou-se a componente comum da edição do ano escolar de 2014/2015, tendo as provas decorrido nos mesmos locais da edição anterior. O número de candidatos foi consideravelmente inferior ao registado na edição de 2013/2014, como se pode constatar no Quadro 6.

Quadro 6 – Número de candidatos à realização da PACC 2014/2015 – Componente Comum

N.º de inscritos	2 863
N.º de candidatos com provas classificadas	2 490
N.º de candidatos aprovados	1 636

O Despacho n.º 14052-A/2014, de 19 de novembro, que fixou o calendário da prova, previu a realização das provas da componente específica a partir de 1 de fevereiro de 2015.

Estudos Internacionais

De acordo com a Lei Orgânica, o IAVE assumiu a missão de coordenar a participação de Portugal em programas internacionais de avaliação de alunos que até então estavam sob tutela do projeto ProjAVI subordinado à Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência do MEC. O IAVE herdou assim os projetos internacionais de avaliação externa em que Portugal já participava, como o PISA da OCDE, o TIMSS e o PIRLS da *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA). Adicionalmente, o IAVE assumiu a coordenação e gestão do projeto TIMSS Advanced, também da responsabilidade da IEA.

Assim, em 2014, realizaram-se os estudos piloto do PISA 2015, do TIMSS 2015 e do TIMSS Advanced 2015, que precedem os estudos principais a realizar em 2015. É de realçar que o modo principal de avaliação e recolha de informação do PISA 2015 será em formato computadorizado pelo que este projeto terá uma forte componente de novas tecnologias de informação, nomeadamente na criação de plataformas de resposta dos alunos em computador e codificação dos materiais em plataforma construída à medida.

Estes estudos piloto tiveram como objetivo testar, numa amostra estatisticamente representativa, a validade e fiabilidade dos instrumentos de avaliação e de diagnóstico de conhecimentos e competências dos alunos a frequentar o 4.º ano de escolaridade (TIMSS), dos alunos de 15 anos (PISA) e dos alunos a frequentar o 12.º de escolaridade (TIMSS Advanced). Foram também pré-testados os questionários aos alunos, aos pais, aos professores e à escola de cada um dos programas (PISA e TIMSS). Os resultados recolhidos ajudaram os consórcios internacionais, que gerem os programas, a construir a bateria de instrumentos que vão ser aplicados, de forma equivalente, em todos os países participantes, em 2015.

Com o objetivo geral de pré-testar e aferir a qualidade dos instrumentos de avaliação e questionários dos programas PISA 2015, TIMSS 2015 e TIMSS Advanced 2015 como definido nos objetivos gerais, foram realizadas, em 2014, as atividades específicas a seguir descritas.

PILOTO PISA 2015

Para o estudo piloto PISA 2015 foram traduzidos e adaptados os materiais de teste e questionários aos alunos, pais, professores e diretores de agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas, a aplicar no estudo piloto quer em formato CBA (*Computer Based Assessment*) quer em formato PBA (*Paper Based Assessment*). A aplicação decorreu em maio de 2014 numa amostra de conveniência de 29 Agrupamentos de Escolas no distrito de Lisboa. Foram selecionados 1378 alunos de 15 anos de todos os ciclos de estudo entre o 7.º e o 12.º ano de escolaridade ou equivalente. A taxa de participação dos alunos selecionados foi de 44%. As bases de dados com os resultados do estudo piloto foram devidamente validadas pelo consórcio do PISA e os resultados de Portugal foram analisados em conjunto com os resultados dos restantes 53 países e territórios com administração autónoma que participaram no estudo piloto. Portugal participou em todas as reuniões de treino do codificadores, *data managers* e análise de resultados. A análise de resultados demonstrou a invariância de modo CBA vs. PBA validando a aplicação exclusivamente em CBA a realizar em 2015 na maioria dos países participantes no PISA 2015.

PILOTO TIMSS 2015

Foram traduzidos e adaptados os materiais de teste do TIMSS 4.º ano, questionários aos pais dos alunos, a professores e a diretores de agrupamento de escolas/escolas não agrupadas. O estudo piloto decorreu em abril de 2014 envolvendo 1484 alunos provenientes de 28 agrupamentos de escolas selecionadas aleatoriamente em todo o território nacional e que cumpriram com os critérios de inclusão no estudo. A taxa global de participação dos alunos selecionados foi de 94%. A base de dados foi devidamente validada pelo consórcio internacional responsável pelo estudo e os dados de Portugal foram considerados na avaliação geral do grau de dificuldade e de discriminação dos itens de ciências e matemática pré-testados. A seleção dos itens para o estudo principal foi realizada pelo consórcio em estreita colaboração com os *National Research Coordinators* de todos os 48 países e territórios com administração própria participantes no estudo piloto. Os questionários aos alunos, professores e diretores foram também devidamente validados pelo consórcio e os resultados de Portugal analisados em conjunto com os resultados dos outros países na elaboração da versão dos questionários a aplicar no estudo principal a decorrer em 2015. Portugal participou em todas as reuniões internacionais realizadas, incluindo as de treino para codificadores e *data managers*, bem com na reunião final de análise dos resultados do estudo piloto.

PILOTO TIMSS ADVANCED 2015

Foram traduzidos e adaptados todos os materiais de teste e questionários sociodemográficos aplicados aos alunos, aos professores e aos diretores de agrupamento de escolas/escolas não agrupadas. A aplicação do estudo piloto decorreu em maio de 2014, envolvendo 998 alunos de Matemática A e 881 alunos de Física do 12.º ano de 28 agrupamentos de escolas com Matemática A e 24 agrupamentos de escolas com Física. A taxa de participação dos alunos selecionados foi de 89%. As bases de dados com os resultados de Portugal foram devidamente validadas pelo consórcio internacional, tendo os dados de Portugal integrado a *pool* dos 10 países participantes. A análise de resultados feita pelo consórcio em colaboração com os *National Research Coordinators* permitiu produzir a versão final dos testes e dos questionários a aplicar no estudo principal que irá decorrer em 2015.

Os estudos internacionais realizaram ainda o estudo preliminar de implementação dos projetos PIRLS. Em 2016 será realizado o estudo PIRLS (*Progress in Reading Literacy Study*) 2016 patrocinado pela IEA e gerido pelo Boston College, o mesmo consórcio responsável pelo TIMSS 2015 e TIMSS Advanced 2015 e o estudo ePIRLS de literacia de leitura em formato digital. Os contactos preliminares para a operacionalização dos estudos pilotos a realizar em 2015 foram estabelecidos no final de 2014.

Relativamente ao ePIRLS, a sua componente estritamente digital obrigou à procura de soluções para aplicar o teste em computador, uma vez que a larga maioria das escolas nacionais de 1.º ciclo não possui laboratório de TIC. Foi estabelecido um protocolo de patrocínio com uma empresa nacional que disponibilizou os *tablets* com *Windows 8.1* com os requisitos técnicos para realizar a aplicação do estudo piloto do ePIRLS em 2015.

Outras Atividades

CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, COLÓQUIOS E OUTROS PROJETOS

Formação Interna

Dada a missão do IAVE, a atualização dos conhecimentos e práticas no domínio da avaliação dos seus colaboradores é essencial. Assim, com vista à promoção da mudança de práticas, de procedimentos e de materiais didáticos no domínio da avaliação, foi promovida uma ação de formação, creditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua e que decorreu em outubro de 2014, subordinada ao tema “Conceção e Validação de Instrumentos de Avaliação Externa”.

Conferências Internacionais

Em 2014, o IAVE participou nas seguintes conferências internacionais:

- *International Education: Interpretation, importance and impact* (Cambridge, 15 outubro), promovida por *Cambridge Assessment*, sobre educação internacional e que congregou especialistas em educação de todo o mundo em torno da discussão do papel da educação internacional num mercado de trabalho cada vez mais global.

- *Cambridge English Multilingual Education: Policy, Practice and Reality* (Salamanca, 20-21 de outubro), promovida pela Universidade de Cambridge, que juntou especialistas daquela universidade com filólogos de outras universidades europeias e com representantes de diversos organismos públicos europeus, entre os quais a Comissão Europeia, e onde o presidente do Conselho Diretivo do Instituto fez uma comunicação subordinada ao tema *Improving English language learning in Portugal: an integrated approach*.
- *Assesment of Students in 21st Century World* (Talin, 5-8 de novembro), promovida pela AEA - Europe, Association for Educational Assesment que abordou através de 4 oficinas de formação os seguintes temas:
 - Desenvolvimento e avaliação de competências profissionais do século XXI e suas implicações com as TIC;
 - Avaliação do impacto da intervenção educacional usando testes criativos e o julgamento comparativo;
 - A aplicação da teoria de resposta ao item;
 - Como avaliar o que é importante.
- *Multilingualism, Competitivity and Labour Markets* (Lisboa, 4-5 dezembro), organizada pela Agência Nacional Erasmus+ que incidiu sobre as competências linguísticas e culturais para os mercados de trabalho, os apoios e incentivos da União Europeia e a certificação, e onde a vogal do Conselho Diretivo apresentou uma comunicação sobre o projeto *Key for Schools* no tema “Desafios Futuros no Presente”.

Conferências Nacionais

Em 2014, o IAVE participou nas seguintes conferências nacionais:

- Conselho Nacional de Educação, Avaliação Externa e Qualidade das Aprendizagens. “Qualidades, defeitos e limitações do sistema de avaliação externa em Portugal”, Helder Diniz de Sousa, Lisboa, 1 de abril.
- Associação Portuguesa de Professores de Inglês, *Language & Culture - Encourage, Engage, Empower*. “What is Key for Schools as an educational project?”, Helder Diniz de Sousa, Porto, 2 de maio.
- Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia, Metas, Programas e Exames Nacionais de Biologia e Geologia – Tendências e Perspetivas. “Exames Nacionais: da conceção ao resultado”, Helder Diniz de Sousa, Coimbra, 11 de outubro.

- Confederação Nacional das Associações de Pais, Educação – Um Compromisso, Diferentes Responsabilidades. “Avaliação: conceitos, mitos, realidade e perspetivas, Helder Diniz de Sousa, Cascais, 25 de outubro.

Cooperação com Cabo Verde

No âmbito da cooperação bilateral Portugal-Cabo Verde foi iniciada a colaboração com Governo de Cabo Verde, tendo em vista a promoção da avaliação como ferramenta de suporte na regulação e no apoio à melhoria do sistema educativo.

O projeto de cooperação a desenvolver entre dezembro de 2014 e setembro de 2015 abrange quatro áreas:

- Avaliação externa de alunos;
- Formação de quadros técnicos e de professores de Cabo Verde no domínio da conceção e elaboração de instrumentos de avaliação externa;
- Estabelecimento de parcerias e de intercâmbio de boas práticas na área da avaliação;
- Apoio de Portugal à participação de Cabo Verde em estudos internacionais de avaliação de alunos.

A primeira sessão de trabalho, que decorreu em Lisboa, em dezembro de 2014, proporcionou uma visão quanto ao trabalho que é possível realizar em avaliação externa, quer a nível nacional, quer a nível internacional e desenvolveu-se em quatro grandes linhas:

- I. Planeamento, conceção e validação de instrumentos de avaliação externa de alunos dos ensinos básico e secundário; acompanhamento do processo de aplicação e classificação.
- II. Noções centrais em avaliação externa: validade e fiabilidade.
- III. Análise das provas globais nacionais de Cabo Verde: identificação dos aspetos fortes e das fragilidades.
- IV. Análise dos documentos produzidos pelo IAVE como possíveis modelos de referência para os documentos a produzir no âmbito das provas de Cabo Verde.

Recursos Humanos e Financeiros

Recursos Humanos

O mapa de pessoal do IAVE tem previstos 32 postos de trabalho, estando em 2014 ocupados somente 23, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 7 – Mapa de pessoal do IAVE

Categoria	Postos de trabalho	
	Previstos	Ocupados
Presidente	1	1
Vogais	2	2
Diretor de Serviços	2	2
Técnico Superior	11	8
Assistente Técnico	10	7
Assistente Operacional	3	—
Técnico de Informática	3	3

Além destes, o IAVE conta com equipas de professores, uns em regime de mobilidade parcial, outros em regime de mobilidade total, em funções de assessoria e de apoio técnico-pedagógico.

No final do mês de dezembro, e tendo como objetivo dotar o Instituto de trabalhadores em áreas chave da sua atividade, foram publicados dois avisos de procedimentos concursais na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

- um para o preenchimento dos três postos de trabalho da carreira de assistente técnico para o desempenho de funções de fotocomposição dos instrumentos de avaliação externa e de outra documentação específica afim, bem como de relatórios, publicações, documentos de natureza variada e materiais de divulgação e promoção inerentes à atividade dos órgãos de direção e serviços do IAVE;
- outro para o preenchimento de dois postos de trabalho da carreira de técnico superior para o desempenho de funções enquadradas nas atribuições da equipa responsável pela condução dos estudos internacionais, no domínio da análise de dados.

A necessidade de dotar o IAVE de uma área de investigação no domínio dos métodos estatísticos e avaliação levou o Instituto a estabelecer uma parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia com vista à constituição e financiamento de duas bolsas naquela área. As bolsas foram afetas à Direção de Serviços de Exames e à equipa dos Estudos Internacionais.

No primeiro caso, foi dado início a um plano de trabalho centrado na análise de dados relativos aos instrumentos de avaliação externa dos alunos (provas finais de ciclo, exames finais nacionais e testes intermédios) e no tratamento de informação de suporte à atividade da equipa de Auditoria de Avaliação, na sua função de garantir a validade técnica dos instrumentos de avaliação externa.

No segundo caso, foi dado início a um plano de trabalhos enquadrado no cronograma funcional dos estudos internacionais de avaliação de alunos a decorrer no período de 2014-2016, destacando-se a análise dos resultados finais e a participação na produção de relatórios técnicos finais.

Em termos de formação, em 2014, 8 trabalhadores do mapa de pessoal do IAVE frequentaram ações de formação, na sua maioria ministradas pelo Instituto Nacional de Administração (INA). O elenco dessas ações e o número de trabalhadores nelas envolvidas constam do Quadro 8.

Quadro 8 – Participação em ações de formação em 2014

Formação	Horas	Trabalhadores Envolvidos
Regimes Horário Trabalho na A.P: Assiduidade, Pontualidade, Trabalho Extraordinário	21	1
Regimes de Vínculos, Carreiras e Remunerações na AP: Princípios Gerais	21	
Regime de Férias, Faltas e Licenças (RCTFP)	21	
Formação Inicial Geral – Técnica Superior	14	1
A Base de Dados Access (2007)	28	1
Diploma de Especialização em Assuntos Jurídicos	133	1
FORGEP	180	2
Fiscalidade: O IVA e o IRS	14	1
Contabilidade Pública para não Financeiros	28	1
TOTAL	640	8

Recursos Financeiros

O IAVE goza de autonomia administrativa e financeira estando as suas receitas e despesas previstas e reguladas nos artigos 20.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 102/2013, de 25 de julho.

No Quadro 9 apresenta-se de forma sintética a execução orçamental em 2014:

Quadro 9 - Execução orçamental

Orçamento	Dotação	Execução
Funcionamento	3 018 549 €	2 980 665 €
Receita própria	340 064 €	318 491 €
Feder	3 317 €	3 317 €
TOTAL	3 361 930 €	3 302 473 €

O total da despesa efetuada em 2012 foi de 3 302 473€, correspondendo a um grau de execução de 98,2% face ao valor da dotação inicial. No quadro 10 é possível consultar a repartição da despesa por atividade, sendo de salientar que, em todas as atividades, a execução é superior a 95% da dotação inicial.

Quadro 10 – Orçamento por atividades

Atividades*	Dotação	Execução
200 – Exames e Provas Aferidas Ensino Básico e Secundário	1 380 424 €	1 374.060 €
254 – Controlo e Acompanhamento	3 317 €	3 317 €
258 – Gestão Administrativa	1 978 189 €	1 925 096 €
TOTAL	3 361 930 €	3 302 473 €

* De acordo com o Anexo V da Circular n.º 1374 – OE 2014/A

ANEXOS

Anexo 1 – Provas Finais de Ciclo e Exames Finais Nacionais, 2014

Provas Finais do 1.º CEB

Disciplina	Código
Matemática	42
Português	41

Provas Finais do 2.º CEB

Disciplina	Código
Matemática	62
Português	61
Português Língua Não Materna	63/64

Provas Finais do 3.º CEB

Disciplina	Código
Matemática	92
Português	91
Português Língua Não Materna	93/94

Anexo 1 – Provas Finais de Ciclo e Exames Finais Nacionais, 2014

Exames Finais Nacionais do Ensino Secundário

Disciplina	Código
Alemão	501
Biologia e Geologia	702
Desenho A	706
Economia A	712
Espanhol	547
Filosofia	714
Física e Química A	715
Francês	517
Geografia A	719
Geometria Descritiva A	708
História A	623
História B	723
História da Cultura e das Artes	724
Inglês	550
Latim A	732
Literatura Portuguesa	734
Matemática A	635
Matemática B	735
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	835
Português	639
Português Língua Não Materna	739/839
Português (Alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo)	239

Anexo 2 - Testes Intermédios do Ano Escolar 2013-2014

Testes Intermédios 2013/14 - Ensino Básico e Ensino Secundário

Nível de Ensino e Ano de Escolaridade		Disciplina	Escolas/Agrup. de Escolas Inscritas	Escolas/Agrup. de Escolas que realizaram o teste	Escolas/Agrup. de Escolas que enviaram Resultados	Alunos que realizaram o teste
Ensino Básico	2.º Ano	Matemática	875	839 (95,9%)	832 (99,2%)	68 681
		Português	876	839 (95,8%)	829 (98,9%)	68 118
	9.º Ano	Matemática	1 205	1 188 (98%)	1 176 (99%)	97 882
		Português	1 166	1 150 (98,6%)	1 138 (99%)	94 887
Ensino Secundário	11.º Ano	Biologia e Geologia	605	603 (99,7%)	587 (97,3%)	30 868
		Física e Química A	598	596 (99,7%)	583 (97,8%)	35 453
		Inglês	345	270 (78,3%)	250 (92,6%)	15 907
		Matemática A	580	575 (99,1%)	561 (97,6%)	36 359
	12.º Ano	Matemática A – 1.ª Aplicação	569	564 (99,1%)	545 (96,6%)	33 531
		Matemática A – 2.ª Aplicação	586	581 (99,1%)	559 (96,2%)	31 990
		Português	561	552 (98,4%)	540 (97,8)	45 757